

Roteiro para 1993

A reunião ministerial de sexta e sábado, comandada pelo presidente da República, não poderia servir de bússola mais segura aos empresários que pediam definições econômicas e sociais. Estão claras as diretrizes econômicas e sociais do governo Itamar Franco.

O presidente da República não arreda pé do combate à inflação, mas também não se conforma com a passividade do Estado diante da deterioração do quadro social. Sendo a inflação o pior mal brasileiro, por punir os menos favorecidos ao tirar mensalmente 25% do poder de compra dos salários, o governo vem se empenhando em aprovar o ajuste fiscal no Congresso.

Cumprida a premissa que assegura o equilíbrio orçamentário e permite controlar a inflação que o próprio Executivo provoca na economia (a influência das tarifas e preços de produtos das estatais está devidamente equacionada, restando definir-se a queda-de-braço com os cartéis e oligopólios privados, que tem os remédios como a ponta do iceberg), o governo indicou em que áreas vai investir para recuperar a parte que é da responsabilidade do Estado e os setores econômicos que serão apoiados para crescer, investir e exportar.

Os investimentos em projetos habitacionais, de saneamento básico e construção, e em recuperação de rodovias — como ensina a boa doutrina keynesiana e comprova a experiência bem sucedida do governo Roosevelt ao tirar os Estados Unidos da longa Depressão — têm amplo efeito multiplicador no emprego, na produção, na renda e no consumo.

Esse tipo de investimento público, quando bem administrado (evitando-se os superfaturamentos) tem baixo impacto realimentador sobre a inflação. No caso específico do Brasil, como os investimentos em programas habitacionais serão supridos em 20% pelos recursos que virão da

arrecadação do Imposto Provisorio sobre Movimentação Financeira (uma das propostas do ajuste fiscal), não haverá desequilíbrio fiscal.

Os sinais emitidos na reunião ministerial foram enfáticos: o governo manterá o combate à inflação, mas evitará de todas as formas aprofundar a recessão. A ênfase na indústria automobilística e de autopeças e na agro-indústria tem absoluta lógica macro-econômica. Assim como os investimentos na construção civil exercem grande efeito multiplicador, as fábricas de automóveis e de autopeças fazem encomendas de grande impacto nas indústrias metalúrgicas, de plásticos, de borracha, de vidraria e de material elétrico. Adicionalmente, as exportações desses dois setores podem arrecadar quase 5 bilhões de dólares.

Fortalecer a agro-indústria significa apoiar atividades que, ao absorver e beneficiar a produção agrícola, respondem pela maior fatia das exportações e criam condições para baratear o custo da alimentação para o brasileiro. A atividade avícola, através basicamente da conversão de milho e soja em carne e ovos, é o melhor exemplo da contribuição da agro-indústria ao enriquecimento do país quando adiciona o custo da mão-de-obra e de tecnologias aos produtos do campo.

A reunião também apurou a unidade do governo. Serviu para aplinar as divergências entre os ministros da Justiça e do Planejamento, a respeito das taxas de juros. Paulo Haddad mostrou com clareza meridiana que a baixa dos juros é desejável, mas não pode preceder o ajuste fiscal e a redução natural e decorrente da inflação.

Pensar que a inflação (e os juros) possa cair por decreto, é sonhar com a volta ao passado do intervencionismo estatal que só foi possível no período autotoritário, e cujos resultados o país ainda colhe na economia, com a prolongada crise que já dura doze anos.